

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

No dia onze do mês de novembro de dois mil e vinte, às onze horas e vinte minutos, pela plataforma Meets, teve início a **34ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)** constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. A coordenadora, sr^a. Lígia Moreira de Almeida, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação, deu início aos trabalhos da 34ª Reunião Ordinária com participação dos membros da CT, comissões de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados. Da lista de presença constam os seguintes participantes: Lígia Moreira de Almeida - Coordenadora da CT-IPCT (Ministério da Economia), André Sucupira (FUNAI), Antônio Carlos (TI Comboios-Cacique Tupiniquim), Arthur Augusto Santos (MPF/Ramboll), Isabel Cecília Mendes Paredes (MMFDH), Charles Viana (SNPIR/MMFDH); Cláudia Laureth (FLACSO); Dandara Silva Cabral (ASPERQD); Daniela Malheiros Jerez (FGV); Geraldo Felipe dos Santos (Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado); Klênio Costa (Assessoria Técnica Rosa Fortini), Letícia Lopes Brito (FGV); Andrea Valentim (FGV), Tiago Cantalice da Silva Trindade (MPU), Lorena Gontijo (Comitê Gestor Pró Rio Doce), Luiza (SEDH- ES); Mirian Nutti (RAMBALL); Nelson Pedroso (MPF/FGV), Pedro Bigolin (ASPERQD), Jadilson Lino Oliveira (CRQ Degredo); Marijane de Jesus Leite (Mobilizadora do Tronco Jesus); Rita de Cássia Alvarenga (SETADES), Fabrícia Farias (TI Rosa Fortini); Antônio Áureo do Carmo (Comissão dos Atingidos de Rio Doce); Monica Pazinato (Comissão CRQ Degredo), Luciana Andrade (ASPERQD), Sérgio do Carmo (Comissão dos atingidos de Barra Longa), Francisco Phelipe (AEDAS), Nathali Germano (FUNAI); Jaqueline Francischetti (SESAI), Rafael Ferreira (DSEI), Aline Monteiro (DSEI); Patrícia Marinho (ASPERQD), Ciro Monteiro (Advogado - Assessoria dos atingidos de Barra Longa- AEDAS); Francisco Phelipe (AEDAS); Hermínio (Garirpeiro Tradicional da Comissão de Barra Longa); Rubia Rigamont (WPB Consulting); Maria Izabel (Ernst & Young-EY); Givanildo Rodrigues de Paula (WPB Consulting); Ricardo Angelo (Coordenador DSEI/MGES); Wallace Rocha (Chefe do escritório do Espírito Santo em Aracruz); Leonardo Medeiros (Ministério da Saúde); Marcelo Marinho (Coordenadoria de Inclusão e Reabilitação Sociais de Minas Gerais); Regina Ferreira (Coordenação-Geral de Gestão Ambiental - FUNAI); Nathali Germano (FUNAI), Adriana Silva Rocha (SNPIR), Altomar (SESAI), Aline Moura (DSEI), Rafael Ferreira (DSEI), Douglas Silva Lemos (Presidente da AITG), Marlo Vilarino, Txuan Pataxó (DSEI/MG e ES).

Pela Fundação Renova: Alessandro Corrêa, Cássio Barbosa, Eva Gazoni, Naiara Campos, Vandeli Paulo dos Santos, Carla Moura, Gabriel Vinícius Moura, Gabriela Prado, Silvani Barbosa

I. PAUTA GERAL (11/11/2020- 11h às 13h*)	
Pauta	Discussão
1- Apresentação dos participantes, seguida aprovação da Ata da 32ª RO da CT-IPCT	Após as apresentações dos presentes, foi informado pela Fundação Renova (FR), a entrada de Cássio Barbosa, que atuaria no PG 4, com foco em Degredo e a saída de Vandeli dos Santos, que atuava no PG 3. A coordenação informou a aprovação da ata da 32ª RO.
2- Agenda de reuniões e fatos relevantes (setembro e outubro/2020)	Alessandro Corrêa apresentou as ações voltadas aos Territórios Tupiniquim Guarani. Tiago Cantalice solicitou esclarecimentos sobre como o último ponto (processo de renovação do acordo emergencial para as Lideranças Indígenas) foi apresentado e Alessandro Corrêa explicou que a FR havia recebido os pleitos Tupiniquim e Guarani, no mês de agosto, e estes tinham sido submetidos à governança. André Sucupira lembrou que a participação da TI Comboioa estava afetada, em razão das manifestações e ressaltou que a participação de qualquer comunidade era o que legitimava as reuniões. Alessandro Corrêa respondeu que a FR respeitava o diálogo na construção dos processos e que daria retorno à comunidade indígena, sobre o acordo do auxílio subsistência emergencial, que foi tratado em uma reunião na qual, também, foi tratado o FAIC e também o processo de renovação do acordo para 2021. Sobre os <u>Krenaks</u> , acerca do PG de Manejo de Rejeitos, informou que a FR enviou um ofício solicitando autorização para realizar coletas de solos e sedimentos, recebendo uma resposta negativa da Funai. André Sucupira informou que a resposta da Funai considerava o Protocolo Krenak e Alessandro Corrêa respondeu que a FR tinha conhecimento do Protocolo de consulta e informou que em relação à <u>Terra Indígena Comboios</u> , a FR estava realizando reuniões sobre o Plano de Cheias. Tiago Cantalice solicitou esclarecimento sobre o encaminhamento e o detalhamento final do Plano. <u>Carla Moura informou que seria detalhado na pauta Indígena do dia seguinte (12/11)</u> , mas adiantou que foi realizada uma reunião com a participação do Cacique Toninho, na qual tiveram alguns avanços, mas os representantes da Defesa Civil do ES não participaram e que uma nova reunião seria marcada.

Alessandro Corrêa informou a realização de reuniões com a Consultoria independente para apresentação do Parecer Técnico da FR e que os indígenas se manifestaram favoráveis ao Estudo do Componente Indígena (ECI), validando-o. Mencionou que a Funai estava elaborando um Parecer sobre o ECI e André Sucupira informou que o Parecer já estava pronto para assinatura e em breve seria disponibilizado.

Alessandro informou, ainda, que em relação ao Sistema de Abastecimento de Água da Aldeia Córrego do Ouro em Comboios, foi enviado um Ofício à Funai (out/2020) solicitando autorização para realização de serviços em campo, recebendo como resposta, que estavam articulando junto às comunidades indígenas e que informou, também, que a FR encaminhou um Ofício à SESAI/DSEI solicitando informações, laudos da qualidade da água e monitoramento, realizados na terra indígena Comboios e concluiu, informando que a equipe do PG 03 realizou reuniões sobre a solicitação de inclusão de famílias no acordo vigente (2019-2020) e sobre a renovação do acordo.

Naiara Campos apresentou a agenda Quilombola, ressaltando que a aplicação da metodologia foi construída com a CT-IPCT, com a Fundação Cultural Palmares e com a comunidade. Informou que, em setembro, foi realizado um processo seletivo para contratação de cinco técnicos comunitários, a partir dos critérios acordados, cumprindo o cronograma. Informou, ainda, que foi realizada uma Plenária de Apresentação e que enviaria a minuta da ata da reunião que validou o resultado da escuta dos seis programas. Ressaltou que daria mais detalhes na pauta Quilombola. Informou, ainda, que houve uma reunião com a Comissão Quilombola e com a equipe de técnicos contratados, para revisão do plano de comunicação, considerando o início da execução do PBAQ, que era a transição para a etapa estruturante do processo. Tiago Cantalice pediu cuidado com as nomenclaturas e ressaltou que o PBAQ estava na fase do detalhamento de sua execução e chamou atenção para o fato de que os representantes da Comunidade de Degredo relataram que não houve um posicionamento final sobre o PBAQ. Solicitou esclarecimentos sobre o plano de comunicação. Informou que no que se referia à revisão e ao projeto básico do sistema de abastecimento de água, o prazo para sua conclusão era de 75 dias depois de consolidado com o SAAE (considerando a deliberação 430) e ressaltou a importância de receberem uma resposta.

Naiara Campos respondeu que iria detalhar sobre o PBAQ na pauta relacionada, mas adiantou que poderia colocar a fase como validação do detalhamento e que seria importante que a comunidade fosse consultada e que se apropriasse e contribuísse. Informou que o Daniel da H&P estaria na reunião da tarde e daria mais detalhes.

Sobre o SAA, Carla adiantou que algumas premissas técnicas precisavam ser acordadas com o SAAE/Linhares. Informou que em relação aos Poços 1 e 2, os engenheiros da FR e do SAAE estavam buscando um entendimento.

Tiago Cantalice retomou o assunto sobre o plano de contingenciamento de cheias nos casos de Degredo e dos Faiscadores, e ressaltou que a FR nunca se convenceu da necessidade de diálogo nos territórios para definição do Plano de Cheias.

Eva Ganzoni solicitou que o assunto fosse detalhado em item de pauta, considerando que haveria a necessidade de mobilizar os técnicos responsáveis pelo assunto.

Klenio Costa indagou em qual pauta seria e lembrou que, no que dizia respeito a Comboios, estava pautado para o dia seguinte e observou que a FR tinha colocado o Plano como uma atividade comum para todos os grupos de atingidos e que havia muitos assuntos complexos.

Carla Moura disse que a FR sempre apresentou o que estava pautado e que Klenio havia trazido um assunto que envolvia outras áreas da FR e sugeriu que a FR pudesse pautar ou marcar outra reunião, considerando que no dia seguinte, estava pautado Plano de Contingência de Cheias-TI Comboios.

André Sucupira lembrou que o plano de Cheias para Faiscadores, para Degredo e o Plano específico de Comboios eram discussões diferentes e ressaltou que a Funai estaria preparada para a pauta que se referia ao público indígena e perguntou o porquê de a FR não discutir logo sobre o Plano de Cheias de Degredo, sendo que o público era o atendido na reunião naquele momento.

Klenio perguntou porque a FR não discutia logo o assunto, já que os Ofícios que apresentou como atividade (enviados em outubro), foram sobre o plano de cheias, aplicado tanto para Faiscadores como para Degredo e Carla disse que a pauta era informativa e que a pretensão não era discutir o assunto.

Eva reiterou a necessidade de presença de técnicos da área responsável. Nelson registrou que discordava de Carla, já que a apresentação das ações nos territórios não foi meramente informativa e que a FR deveria estar preparada para os questionamentos sobre o que havia sido apresentado. Lígia perguntou à Eva se seria possível responderem os questionamentos no dia

	<p>seguinte e <u>sugeriu que caso não fosse possível, fosse agendada uma reunião específica para tratar do assunto.</u></p> <p>Jadilson perguntou se seria possível os técnicos participarem rapidamente para responder os questionamentos, já que as reuniões seriam virtuais.</p> <p>Eva respondeu que iria verificar, mas que as questões não poderiam ser respondidas em pouco tempo.</p> <p>Tiago Cantalice mencionou o Ofício 1574/2020, que trazia um anexo que justificava a junção das situações de Degredo e dos Faiscadores e que resumia o que a CT solicitava há tempos: que a FR ouvisse os atingidos, realizasse reuniões nos territórios e que realizasse um sistema de monitoramento, junto à Defesa Civil. Destacou que a FR sempre negou a necessidade de se criar um Plano de Cheias em Degredo, a partir de estudos e que nunca dialogou com os territórios, rompendo assim, com o que previa a Deliberação 231. Mencionou, ainda, que o exposto no referido anexo merecia uma reflexão e solicitou que a FR se reunisse o mais rápido possível com os atingidos de cada território.</p> <p>Após breve discussão Tiago Cantalice, Lígia e Carla concordaram que a FR traria até o outro dia, uma proposta de cronograma para discussão do Plano de Cheias.</p>
Encaminhamento E34.1	Possibilidade de uma reunião para tratarem do alinhamento com a Defesa Civil e demais atores, sobre o Plano de Cheia. A FR deverá criar um cronograma para realização de incursões nos territórios para discussão do plano de Cheias que deveria ser apresentado no dia 12/11/2020.
3. Informes sobre a 48ª RO do CIF.	Considerando que na 48ª RO houve discussão sobre a impugnação e a FR enviou um documento na noite anterior, a Coordenadora Lígia, sugeriu que <u>a discussão fosse levada para a pauta indígena</u> , para um melhor detalhamento.

Às treze horas e vinte e cinco minutos a reunião foi suspensa para o almoço, sendo retomada às dezesseis horas e trinta minutos.

II – PAUTA QUILOMBOLA (11/11/2020 - 16h às 18h*)	
Pauta	Discussão
<p>4. Informe do andamento do Projeto Básico do SAA Degredo e da data para sua devida entrega (Fundação Renova);</p>	<p>Carla Moura informou o recebimento do Ofício/SAAE-LIN n.º 428 que encaminhou um parecer técnico sobre validação das premissas que vinham sendo discutidas desde maio. Informou, também, que no Ofício do SAAE, este solicitou documentos e que foi emitido um Parecer que tratou de assuntos referentes ao tipo de material que seria utilizado no reservatório. No mesmo Parecer, foi informado que o poço que seria utilizado como captação e como manancial de abastecimento, seria o Poço 2 e não o Poço 1, o qual já tinha sido confirmado antes. A FR precisou justificar as trocas dos materiais usados no reservatório, em razão das auditorias e solicitou informações sobre a mudança de Posto, considerando os estudos técnicos realizados e o fato de que a ETA se encontrava ao lado do Poço 1, além da questão da regularização fundiária. Carla informou, também, que tentou marcar reunião com o Diretor do SAAE, que estava de férias e que conversou com a responsável técnica. Informou que foram iniciadas as sondagens nos territórios e que em razão da indefinição da localização da ETA (devido à troca do poço), a sondagem geofísica foi realizada nas duas áreas.</p> <p>Luciana ressaltou a importância de se agendar uma reunião de status, para cumprir o exposto na deliberação 430, que dispunha da participação do SAAE, do CGCA, da CT-IPCT para as tratativas realmente efetivas. Mencionou que foi solicitado que se fizesse uma aproximação com o proprietário da área do Poço e que se esclarecessem as dúvidas levantadas pelo filho dele.</p> <p>Dandara mencionou que o proprietário mudou de ideia quanto ao lugar de perfuração. Levantou a questão da regularização da área do Poço 2, que segundo o proprietário está regular e solicitou que a FR esclarecesse os itens do Ofício n.º 1783.</p> <p>Tiago Cantalice registrou que havia prazo para que a FR entregasse um planejamento original em abril e ressaltou da impotência de se ter um cronograma pactuado entre a FR e a SAAE, para que se chegasse à uma definição de um prazo.</p> <p>Carla respondeu que o prazo para abril não foi cumprido em razão das dificuldades com as autorizações para perfuração do poço junto aos proprietários para depois solicitar autorização ao órgão ambiental.</p> <p>Tiago Cantalice falou da importância da intervenção da ASPERQD, com vistas à acelerar o processo junto ao SAAE e Dandara registrou que a FR poderia contar com o apoio da ASPERQD como assessoria técnica e apoio ao atingido, <u>mas que as tratativas caberiam à FR.</u></p>

<p>Encaminhamento E34.2</p>	<p>FR deverá agendar reunião com o SAAE no dia 20/11, se possível, e informará a ASPERQD e a CT-IPCT, além de se responsabilizar pelas tratativas com o dono das áreas do Poços, cientificando a ASPERQD sobre o que for decidido.</p>
<p>5. Andamento e avaliação da aplicação dos questionários juntos às famílias quilombolas de Degredo (H&P, Comissão e ATI)</p>	<p>Daniel, da H&P, apresentou a construção e execução do processo. Explicou como foi o processo de contratação e seleção dos cinco técnicos comunitários e como foi a dinâmica de trabalho. Explicou que resultado havia sido apresentado numa plenária, com membros da CT, da Comissão, da ASPERQD, da FR e da consultoria, nos dias 4 e 5/10, para consolidação.</p> <p>Tiago Cantalice questionou a fase de seleção para o programa de “Capacitação de Lideranças Quilombolas”.</p> <p>Daniel respondeu que não foram definidos critérios para escolha das pessoas, mas que foi amplamente divulgado e com tempo suficiente para que todos ficassem sabendo.</p> <p>Tiago Cantalice ressaltou a questão de prazo, pois estipular que seria por ordem de inscrição, ficaria solto.</p> <p>Daniel respondeu que tentaram definir algumas coisas, mas que cada categoria que se escolhia para afinar, excluía determinados setores da comunidade.</p> <p>Jadilson respondeu que, a princípio, teria uma vaga por tronco, e que as outras seriam preenchidas aleatoriamente, até mesmo para difusão das vagas no território e não ficarem setorizadas.</p> <p><u>Naiara Campos esclareceu não poderia mudar sem as pessoas interessadas, e que não atrapalha o andamento e na impossibilidade de se colocar isso como encaminhamento, por ter sido validado na Plenária, ficaria como ponto de reflexão.</u></p> <p>Silvani concordou e acrescentou que o ponto sobre vagas para os troncos foi lançado, mas não foi validado não podendo modificar o acordado na Plenária e Daniel esclareceu que isso mudaria o critério de ampla concorrência.</p> <p>Jadilson ressaltou que, considerando a extensão do território, as 13 primeiras vagas poderiam ser distribuídas para cada tronco e as outras seriam para ampla concorrência.</p> <p>Daniel relembrou que foi definido que o critério seria a ampla concorrência e que seria revisado depois de um ano.</p>
<p>6. Informe sobre a compilação dos resultados e as próximas fases da consulta ao PBAQ Detalhado;</p>	<p>Silvani iniciou a apresentação de uma proposta de programa que foi elaborada pelo PG 4, para a realização da segunda fase de consulta do detalhamento dos demais Programas do PBAQ e apresentou o cronograma que seria realizado em 2020.</p> <p>Lígia perguntou se a consulta já tinha sido discutida com os envolvidos e Silvani esclareceu que a proposta foi apresentada e ninguém havia questionado nada e naquele momento estava apresentando para a CT.</p> <p>Após sugestões de datas, ficaram definidos os dias 6 e 7/01/2021.</p> <p>Naiara Campos respondeu que o contrato com a H&P estava finalizando e que estavam dependendo de um processo do Eixo Gestão, que já estava rodando desde a validação, junto à comunidade, do detalhamento, com previsão de início para março/2021.</p> <p>Jadilson perguntou sobre a avaliação de possíveis atrasos na execução do PBA e ressaltou que o programa poderia passar por revisões e se o prazo de 3 anos seria adequado para um programa tão importante.</p> <p>Naiara respondeu que, considerando o engajamento da comunidade mais o trabalho da FR, a execução seria em fases: seis programas (que aconteceriam paralelamente à execução dos já validado, se iniciariam em março, e os outros oito iriam na sequência.</p> <p>Tiago Cantalice apontou uma dúvida quanto à previsão e ressaltou que seria importante que fosse apresentado um cronograma para os quatorze programas restantes.</p> <p>Naiara Campos respondeu que a <u>previsão seria março</u>, mas o cronograma detalhado estava em construção e que poderia haver alterações no ciclo orçamentário, não no valor total, mas no que iria para 2021 e 2022 e que a versão atualizada seria apresentada depois de pronta. Ressaltou que em paralelo à execução dos programas apresentados, os que se iniciariam em 2020 a FR construiria junto com o Fundiário, com a Infraestrutura e com a Comunidade. Ressaltou, ainda, a necessidade de um processo de gestão mais robusto junto à comunidade e à assessoria técnica, já em 2021, para os programas que seriam executados em 2022.</p> <p>Tiago Cantalice perguntou se isso inviabilizaria a apresentação do cronograma e Naiara Campos respondeu que iria apresentar, mas as consultas se iniciariam em março.</p> <p>Tiago Cantalice registrou que seria importante que a CT tivesse uma visão de como terminaria o processo e Naiara Campos respondeu que a ideia era que até o final do primeiro semestre de 2021, as consultas estivessem finalizadas, e como já informado, os projetos apresentados seriam executados paralelamente.</p> <p>Silvani informou que alguns programas foram agrupados por terem interfaces e integração e que a fase chamada sócio ambiental, possuía uma correlação muito grande e que se preocuparam em fazer a escuta por fases: a primeira fase com 6 programas,</p>

	<p>testando a metodologia e após aprovação, ampliariam para 8 programas e, depois para os outros 6.</p> <p><u>Jadilson perguntou se poderiam inserir o PG 9 que fala sobre Práticas Pedagógicas à Educação Popular, considerando que traz em seu escopo, uma parte relacionada à Cartografia Social, para aproveitar a correlação com os outros programas</u> e Silvani respondeu que não haveria impedimentos, mas que seria necessário verificar a questão do tempo.</p> <p>Naiara considerou pertinente, mas ressaltou que no de cultura havia cartografia social, o que poderia ser aproveitado no de práticas pedagógicas e perguntou se <u>não ficaria muito conteúdo para as famílias.</u></p> <p>Daniel mencionou que oito programas seria uma quantidade adequada, considerando a complexidades de alguns dos programas, como o de Educação Ambiental que continha seis sub-itens. Registrou que seria pertinente a sugestão de Jadilson, se tirassem um outro programa.</p> <p>Pedro concordou com Jadilson e acrescentou que o sugerido evitaria o retrabalho e adiantaria o que fosse relacionado ao assunto, o que evitaria desgastes à comunidade. Sobre a questão dos conteúdos extensos, Pedro mencionou que os mobilizadores iriam preparar a comunidade para a visita dos técnicos e que embora trabalhoso, o resultado seria favorável.</p> <p>Daniel considerou pertinente, mas lembrou que alteraria o cronograma.</p> <p>Naiara Campos mencionou que a cartografia social estaria inserida no programa cultural e já estaria rodando em março.</p> <p>Silvani esclareceu que em algum momento, os programas seriam integrados para não desgastar a comunidade.</p> <p>Naiara Campos informou que o PBAQ é transversal e que a cartografia no programa cultural que começaria, poderia ter um olhar para o programa das práticas pedagógicas e perguntou a Jadilson se poderiam incluir depois.</p> <p><u>Após consultar os técnicos, Jadilson respondeu que somente os 8 programas seriam consultados e não 9, conforme sugerido por ele.</u></p>
<p>Encaminhamento E34.3</p>	<p>A H&P deverá entregar o material didático dia 02/12, em parceria com a ASPERQD, que repassaria para cada núcleo familiar, além de ajudar na divulgação das pílulas de WhatsApp.</p>
<p>Encaminhamento E34.4</p>	<p>A FR e a H&P deverá realizá-lo, dia 7/01/2021, a Plenária final sobre a segunda fase de consulta do detalhamento dos demais Programas do PBAQ</p>
<p>7. Esclarecimentos sobre o cancelamento da reunião do GT-Indenização Quilombola e definição conjunta de cronograma (Fundação Renova – deve estar presente representante do PG02).</p>	<p>Naiara Campos mencionou os problemas de comunicação envolvendo ofícios e prazos e explicou que solicitou dilação de prazo em razão das etapas internas. A princípio, a proposta de indenização individual seria apresentada enquanto a FR seguiria trabalhando em uma proposta coletiva, que estaria de acordo com a Deliberação 423 do CIP, considerando, também, os pontos colocados. Informou que dentro do sistema de governança interno, a proposta de indenização individual estava muito avançada e que foram considerados os valores dos julgados e as questões judiciais recentes, porém foi definido a diretriz e a FR apresentaria uma proposta única, que já contemplaria as duas dimensões, conforme exposto na NT da CT-IPCT <u>e que a proposta seria apresentada às governanças internas da Fundação Renova até 15/12/2020. Naiara informou, também, que Felipe do PG 2 estava presente.</u></p> <p>Lígia solicitou esclarecimento sobre o que seria entregue na data mencionada e Naiara Campos respondeu que seria a validação interna.</p> <p>Lígia indagou se essa fase seria sem a participação da CT e da Comunidade e Naiara Campos respondeu que a FR estaria usando como subsídio, o que já tinham de informação, inclusive a NT da CT, os estudos e processos realizados com a comunidade, mas que só poderiam trazer uma proposta para debate, depois de validada internamente.</p> <p>Lígia solicitou uma previsão e Naira respondeu que seria 22/12.</p> <p>Pedro lembrou que não estavam em um início de diálogo, e sim, retomando um assunto que foi protelado pela FR, iniciado em abril de 2019, e que todos precisavam se apropriar do assunto antes da reunião, com um ponto de partida em comum, para que a reunião acontecesse em caráter deliberativo, já que existia um histórico. Ressaltou que as etapas precisavam ser construídas em conjunto, para a finalização do produto.</p> <p><u>Naiara Campos registrou a sugestão de Pedro, que deveria ser a continuação do diálogo. Jadilson perguntou e Naiara confirmou a participação de Felipe do PG 2, da equipe de políticas de indenização e disse que a discussão vinha se protelando há bastante tempo e a FR tinha se comprometido a apresentar algo e tinham adiado e queria uma explicação do Felipe, que estava com problemas no microfone e não respondeu.</u></p>

Pedro retomou dizendo que gostaria de entender o atraso de mais de um semestre para apresentar um resultado e que a comunidade estava querendo uma resposta robusta. Lígia lembrou que a Deliberação 423 era de junho e que desde então, a FR respondia que estava avaliando internamente e ao mesmo tempo diziam que o assunto seria discutido conjuntamente e queria confirmar se a FR apresentaria, uma proposta inicial. Naiara Campos respondeu que não seria bem uma proposta inicial e considerando que o processo teria que ser discutido com a comunidade, mas que não poderiam apresentar nada sem uma validação interna e que pela complexidade do assunto e pela necessidade de uma jurisprudência, ainda não tinham uma proposta consistente.

Letícia perguntou se a FR, quando se referia à análise jurisprudencial, estaria considerando que envolvia comunidades tradicionais como os quilombolas ou se estariam considerando o sentido amplo.

Gabriel respondeu que a análise foi feita considerando a especificidade do caso e que a FR estava trabalhando a construção de uma proposta, com embasamento técnico e antropológico, pois a jurisprudência não tinha parâmetro.

Letícia ressaltou que seria importante que a comunidade fosse vista além dessa análise ampla que foi mencionada, considerando suas especificidades.

Gabriel respondeu que a FR estava considerando todos os detalhes.

Pedro perguntou se existia alguma compilação dos estudos que pudessem ser compartilhados, pois considerando a situação complexa e sem precedentes, seria bom para montar uma base.

Tiago Cantalice criticou o fato de que naquele momento, um ano e meio depois, a FR estivesse fazendo levantamento de situações semelhantes e que o debate conjunto foi desprezado e que a CT e a Comunidade vinham tentando dialogar com a FR.

Gabriel respondeu que a FR queria trazer subsídios e uma base para construir coletivamente o processo. Explicou que houve atraso no cronograma por vários fatores internos, que a FR participou de todas as reuniões realizadas, que o GT avançou no diálogo e que tudo estava caminhando para a apresentação de um posicionamento técnico, que serviria como base para a discussão coletiva.

Pedro propôs que a FR compartilhasse o levantamento (teórico-metodológico, doutrinário, jurisprudencial, etc) para que a comunidade pudesse se apropriar da mesma base que a FR, para um alinhamento e para que o diálogo pudesse avançar e Naiara Campos respondeu que teria que validar internamente.

Tiago Cantalice registrou a importância de que a CT e principalmente as Comunidades tivessem acesso antecipado aos documentos que seriam discutidos na reunião do dia 22/12 e que não existia um protocolo de consulta em Degredo, mas que a CT reencaminhou em 2018, uma orientação de como seriam realizados diálogos com os territórios tradicionais e que a entrega de documentação teria um prazo de 15 dias de antecedência.

Lígia respondeu que a CT já tinha apresentado o que achava adequado em relação ao cronograma e que a FR sugeriu uma data com prazo apertado para análise, envolvendo um fim de semana, e, ainda sem certeza de que ocorreria na data proposta (22/12).

Naiara Campos disse que não poderia se comprometer, pois o processo não era responsabilidade do PG 4, mas que estavam se esforçando para promover um diálogo construtivo.

Lígia perguntou porque o responsável, que estava presente, não se pronunciava e Tiago Cantalice sugeriu que ele se pronunciasse pelo chat (Felipe, do PG 2, estava com problemas no microfone).

Naiara Campos respondeu que ele poderia se pronunciar, mas que as datas sugeridas, não eram apenas do PG 2, mas de todo o sistema de governança da FR.

Pedro disse que entendia a existência dos cronogramas internos da FR, mas que gostaria de saber quando seria apresentado uma proposta para a CT e para os atingidos, considerando as deliberações 423 (NT 34) e 298, que tratavam especificamente do processo indenizatório e considerando o sistema CIF, já apresentados, e perguntou o que seria possível, atendendo aos critérios já expostos, para fazer um processo dialogado.

Naiara Campos respondeu que entre os dias 6 e 7/01/2021, já teria a Plenária de validação, conforme já acordado, e que entre 11 e 15/01 seria possível e que o material seria enviado no dia 18/12, conforme o combinado.

Pedro solicitou que se constasse em ata que estão concordando, excepcionalmente, ainda que em flagrante inobservância do que já foi estabelecido em termos de prazo para adequado entendimento e qualificação da participação do atingido no espaço de participação.

Após breve discussão, ficou definido a data de 18/12/2020, pela manhã, para envio do material.

	<p>Tiago Cantalice perguntou pela data de envio, por parte da Silvani, de todos os programas citados para o processo de consulta PBAQ detalhado.</p> <p>Lígia respondeu que estaria previsto para março.</p> <p>Tiago Cantalice respondeu que em março seria o início das consultas dos outros estruturantes e que apresentaram o cronograma de 8, mas faltariam 6.</p> <p>Naiara Campos respondeu que seria a partir de março, pois a FR dependia de uma recontração da equipe dos técnicos.</p>
Encaminhamento E34.5	A FR deverá enviar, no dia 18/12, pela manhã, uma proposta do que será apresentado na reunião do dia 22/12, para conhecimento prévio. A reunião deverá ser a continuidade de um diálogo já iniciado.

No dia doze do mês de novembro de dois mil e vinte, às onze horas e vinte minutos, pela plataforma Meets, deu-se continuidade à **34ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT)**.

II – PAUTA FAISCADORES/GARIMPEIROS (12/11/2020 11h às 13h)	
Pauta	Discussão
8. Informe sobre o Estudo do Mapeamento de Comunidades Tradicionais (Fundação Renova)	<p>Lígia perguntou sobre o andamento e Bruna respondeu que a previsão de entrega seria para o dia 3/10, mas a equipe técnica responsável pelo estudo, pediu mais 30 dias.</p> <p>Lígia perguntou o motivo da solicitação e Bruna respondeu que a equipe alegou que era devido às últimas visitas ao campo.</p>
9. Informe sobre ações de relacionamento executadas junto aos faiscadores, garimpeiros e pescadores tradicionais	<p>Naiara Campos informou que a pauta foi sugerida pela CT e que a FR queria escutar qual seria a demanda. Mencionou que as ações da FR, no que dizia respeito ao PG 04 restringia-se ao AFE indenização. Perguntou qual seria o interesse da CT em outros programas para que a FR pudesse analisar internamente e depois responder.</p> <p>Lígia respondeu que entendeu que era para a FR expor as ações executadas.</p> <p>Klenio Costa respondeu que tinha observado que não havia tratativas da FR em relação aos faiscadores no que se referia ao PG 4 ou em outras ações da FR no território. Relembrou as cobranças que Tiago Cantalice vinha sempre fazendo e que já havia sido perguntado a mesma coisa na reunião do GT Relatório, mas que haviam chegado à conclusão de que o objeto do conteúdo dos relatórios não devia ser discutido naquele momento. Relembrou, também, que Naiara Campos tinha respondido que o plano de relacionamento estava em construção com as Comunidades e que aquele era o momento para FR colocar a questão. Mencionou que em reuniões anteriores, Vinícius tinha se disponibilizado a iniciar um diálogo, o que não aconteceu.</p> <p>Naiara Campos respondeu que Vinícius havia se desligado da FR, mas que se lembrava sobre um diálogo sobre a articulação com os coletores de sementes, que era uma ação de relacionamento que acontecia em outros territórios (PG 3 e 4) e que a FR teria ficado de fechar uma data, o que não aconteceu e <u>sugeriu que os atingidos apontassem quais seriam as ações de interesse</u>, considerando que algumas ações eram interfaces de relacionamento, pois havia programas de outras áreas da FR e que o PG 4 poderia fazer uma ponte, no sentido de conectar interesses. <u>Sugeriu que poderiam marcar uma data específica, a partir de 11 de janeiro, para um entendimento da demanda, para a FR tentar responder e avançar para além do AFE e da indenização.</u> Ressaltou que o PG 4 não veria problemas, mas que era necessário entender o escopo para fazer uma articulação assertiva com as outras áreas.</p> <p>Klenio Costa solicitou que Naiara Campos fizesse uma colocação sobre o que foi dito na reunião de GT sobre o que estava sendo construído com o território, visando o estreitamento do diálogo sobre o que estava acontecendo em torno do AFE.</p> <p>Mirian Nutti falou que algumas solicitações já haviam sido feitas à FR, como a questão das coletas de sementes e o fundo das pequenas ações que foi proposto para os indígenas, que poderia ser proposto no PG 04, também, e que a FR já poderia começar as articulações com respostas ao que já havia sido demandado. Ressaltou que estava tendo uma inversão por parte da FR, ao dizer que queria ouvir os <u>faiscadores e garimpeiros artesanais</u>, e que eles já estavam <u>solicitando serem reconhecidos como tradicionais desde o início</u> e que tinha um programa no PG 04 que tinha propostas para comunidades tradicionais, que tinha o TTAC, que estava muito claro, em relação ao que devia ser feito e que em algumas cláusulas, mencionava-se a Comunidade Quilombola de Santa Efigênia.</p>

Miriam sugeriu que a articulação não começasse do zero, considerando que a Comunidade, via CT, estava tentando conversar com a gerência do PG 04, insistentemente, porém, sem resposta.

Gabriel respondeu que o TTAC, quando definiu o PG04, de Povos Tradicionais, colocava de forma bem clara que caberia ao poder público definir quais seriam esses povos e que a discussão sobre a certificação de determinados públicos era antiga, mas que essa certificação não tinha sido posta como condição para que algumas ações pudessem ser executadas. Ressaltou que em relação à Comunidade de Santa Efigênia, depois da assinatura do TTAC, foi constatado que, na verdade, o grupo atingido era a Comunidade Quilombola de Degredo e que a Fundação Cultural Palmares deu essa Diretriz e a comunidade entrou no escopo do Programa e foi atendida.

Miriam respondeu que havia outras cláusulas, principalmente a 20, que falam da necessidade de fazer estudos dos impactos verificados e que não estão subordinadas à questão de certificação, que não precisa ser tradicional e certificado para ser atendido nos pleitos que a cláusula mencionada por Gabriel não seria para restringir direito de ninguém.

Gabriel respondeu que os estudos eram feitos e que havia outros programas que eram abertos para todos os públicos da bacia e todos os atingidos, e que mencionou que Poder Público definia, pois servia para garantir o atendimento no Programa específico para Povo Tradicionais.

Miriam respondeu que à Naiara Campos que o sentido da ação não era de os atingidos dizerem o que interessava e que a FR verificasse, e sim, que a Gerência de Povos e Comunidades Tradicionais da FR, deveria ser a interlocutora para todos os outros programas e que era assim que vinha funcionando, que a questão era de mão dupla e a FR não deveria esperar somente escutar a comunidade. Ressaltou que o PG 04 tinha uma lista de interfaces enorme que deveriam estar sendo implementadas e que o assunto já vinha sido discutido nas reuniões de relatórios trimestrais e que tinha os indicadores para interfaces, mas que estas não eram operacionalizadas, mas estavam descritas.

Gabriel respondeu que a CT deveria informar os tipos de descumprimentos de forma objetiva e formal por meio de uma NT, apontando o que deveria ser viabilizado e intermediado pela Gerência. Ressaltou que a atuação da Gerência dos Povos Indígenas e Tradicionais, ainda que servisse para intermediar o acesso aos outros programas, atuava no público que estava definido dentro do escopo e que tudo deveria ser alinhado. Lembrou que a questão, especificamente, dos faiscadores, estava judicializada (Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce haviam entrado com uma petição na 12ª Vara), mas não se tinha nenhum posicionamento do Juiz, o que colocava o referido público em situação de aguardo e em suspenso.

Naiara Campos disse que quando a articulação das áreas de interfaces da FR era realizada, a judicialização era um ponto observado e registrou que essa pauta não tinha sido trazida pelos atingidos. Ressaltou que, com isso, não tinha como a FR saber os interesses dos atingidos para articular internamente e retomar um diálogo, mas o interesse era sobre atendimento emergencial e indenização e que entendia que a CT estava colocando a questão dos relacionamentos, mas que teria que ser um pleito dos atingidos, para que a FR fosse mais assertiva na hora de articular com outros programas e estender as ações para os territórios, ainda que com questões judicializadas.

Miriam respondeu que alguns pleitos específicos já haviam sido colocados na reunião de Relatório Trimestral e na RO anterior, e que, independente do Programa de Relacionamentos, já deveriam estar sendo respondidos, e outras, como coletas de sementes, pequenos projetos, ações de saúde e outras discutidas no Relatório Trimestral, já haviam sido respondidas.

Klenio Costa esclareceu que a demanda era o que os atingidos apresentavam, principalmente quando a FR colocava como fatos relevantes os relacionamentos, como por exemplo, do fundo de pequenos projetos com os indígenas. Ressaltou que ficava desproporcional com o que acontecia com o público e que as questões de indenização e do AFE eram pautas históricas e os grupos entendiam como elemento fundamental, mas tinha ficado claro no que foi peticionado ao juiz, a discussão das demandas coletivas e que o posicionamento era que havia um tratamento diferenciado entre as comunidades.

Bruna respondeu que o diálogo da FR atuava em Rio Doce e Santa Cruz sem distinção de público e programas e sugeriu que em relação ao PG 04, se fizesse um levantamento junto com a equipe de diálogo e se verificasse quais seriam as ações nas quais os Faiscadores seriam contemplados. Disse que no território estava sendo feito trabalho e projetos, como por exemplo, programas como o de economia e inovação, cursos profissionalizantes e que havia ações executadas pela equipe de diálogo com o público também e muitos faiscadores exerciam outras atividades

Lígia lembrou que a proposta da ata foi enviada no dia 03/11 e que a FR fez alguns questionamentos, mas não sugeriu o assunto que estava sendo discutido.

Naiara Campos registrou que a equipe da FR estava focada na situação emergencial que aconteceu em Comboios, o que tinha prejudicado a possibilidade de participação, com qualidade, da reunião em curso e que a coordenadora do PG 3 estava de atestado médico, mas que a FR queria saber o que os atingidos queriam, para poder articular com o SEPAN. Ressaltou que havia diálogo, mas que a demanda deveria vir dos atingidos, formalmente ou até numa agenda específica.

Miriam solicitou um esclarecimento, fora da discussão, sobre a rede de coletas de sementes que ela não tinha entendido se estava funcionando ou não e como os coletores seriam selecionados, no caso dos indígenas. Disse que na reunião de relatórios trimestrais e na RO anterior, foram os próprios atingidos que pleitearam a questão da coleta.

Klenio Costa ressaltou que era mais que a questão da coleta que estava em evidência na costa do ES e que o esforço era apresentar interlocuções no mesmo sentido e, ainda, que ao se discutir a questão de sementes, houve uma sondagem sobre a comercialização de produtos agropecuários, houve toda uma movimentação paralela, chamadas de pequenos projetos, que deixaram os atingidos interessados e que se consolidou na questão das sementes, mas que estavam sem saber o que estava em funcionamento. Falou que o importante seria a FR trazer as possibilidades que já estariam rodando e que poderiam ser colocadas e que poderiam ser ampliadas para atenderem aos Faiscadores, que já era um público sedimentado pela própria FR.

Naiara Campos respondeu que seria feito um levantamento interno para que pudessem avançar e quanto aos PG 04.

Antônio Áureo falou que embora achasse importante que o direito individual fosse atendido diretamente com a FR, conforme já havia acontecido várias vezes, de grupos específicos serem atendidos e não o coletivo, mas que existiam outros, como os pescadores e faiscadores e outras categorias, que ele desconhecia a existência de tratativas entre a equipe de diálogo da FR e a comissão, a assessoria Rosa Fortini, ou com os próprios atingidos. Ressaltou que parecia que a FR saía do foco com as demandas da CT-IPCT e que nunca deu essa abertura para uma conversa e acrescentou que os processos judicializados não impediriam um diálogo.

Naiara Campos respondeu que a FR entendia o interesse do público e poderia mapear o que já estava em andamento e o que das interfaces de relacionamento do PG 04 estariam no foco de interesse dos atingidos, mas seria importante apresentar o levantamento interno, junto com a equipe de diálogo e entender as ações de interface para artulação com os programas específicos da FR.

Antonio Aureo ressaltou a importância de a FR **não** tratar um grupo como se já estivesse tratado do coletivo, que os grupos deveriam ser atendidos, mas já tinha acontecido em relação à prestação de contas, de a FR usar isso como justificativa, para dizer que atendeu o território. Registrou, como representante dos tradicionais do território na CT, que não estava falando de categorias específicas, mas que nas tratativas, os atingidos não estavam sendo atendidos em sua totalidade e ressaltou que para legitimar as tratativas, elas deveriam passar pela Comissão dos Atingidos, pela Assessoria Rosa Fortini através do sistema CIF, se não estivesse enganado.

Lígia respondeu que ele estava correto.

Klenio Costa perguntou à Naiara Campos se a proposta era fazer um levantamento e uma reunião a partir de janeiro ou se o levantamento seria apresentado antes.

Naiara Campos respondeu que pretendia ter a maior parte do levantamento em dezembro de 2020 e já encaminhar à CT, ou apresentar na 35ª RO, e que, como o Antônio Áureo tinha dito, havia vários grupos e em janeiro, poderia se reunir com a Assessoria Rosa Fortini, e ouvir os diferentes focos de interesse de cada grupo e depois articular internamente, para verificar a aderência aos programas da FR.

Klenio Costa respondeu que poderia ser ponto de pauta na próxima RO e entendia que reuniões poderiam ser realizadas com os públicos juntos, sem divisão por grupos, pois a separação os enfraquecia e que a FR tinha o papel de fortalecer a união e a coletividade.

Antônio Áureo concordou e ressaltou que a FR deveria pacificar e que deveria ser observada a união dos grupos, atendendo sempre as necessidades de todos e que o atendimento coletivo deveria ser amplo e que não era a favor de atendimento a grupos separado, mas de manter a coletividade para que pudessem reivindicar e procurar soluções mais produtivas.

Naiara Campos concordou.

Klenio Costa perguntou se Miriam queria falar sobre o mapeamento.

Miriam perguntou à FR se que teria um aditivo.

	<p>Gabriel respondeu que não no caso em questão, pois a FR tinha uma previsão no acordo que ficaria válido até a data do término ou até a entrega do relatório final e que das outras vezes houve aditivo porque não havia previsão para conclusão e nem certeza se haveria atividade de campo. Como a FUNDEB informou que iria entregar e que não precisaria de adicionais, não seria necessário nenhum aditivo.</p> <p>Lígia solicitou que Naiara Campos esclarecesse os encaminhamentos: o que seria tratado na próxima RO e o que seria tratado nas reuniões.</p> <p>Naiara Campos <u>respondeu que na próxima RO, seria tratada a questão do mapeamento interno com a equipe do diálogo, que já atendia parte do público de faiscadores, em alguns programas que tinham ações amplas para os atingidos da bacia e que em dezembro, seria apresentado o mapeamento com previsão de uma reunião, depois do dia 11/01/2021, com o público em questão, para mapear e definir as ações de interesse de relacionamto das interfaces do PG 4, para que após o mapeamento do foco de interesse, pudesse ser buscada a uma articulação com a FR, para atendimento.</u></p>
<p>Encaminhamento 34.6</p>	<p>- A FR verificará a possibilidade de se reunir com os atingidos, na coletividade, em janeiro de 2020, para apresentar propostas e confirmará as datas em dezembro.</p> <p>- Na próxima RO, seria tratada a questão do mapeamento interno com a equipe do diálogo que já atende, em alguns programas, parte do público de faiscadores (com ações amplas para os atingidos da bacia, mas que atende faiscadores). E em dezembro, seria apresentado o mapeamento com previsão de uma reunião, depois do dia 11/01/2021, com o público, para mapear e definir as ações de interesse de relacionamento das interfaces do PG 4, para que após o mapeamento do foco de interesse, a FR faça uma articulação interna para verificar a possibilidade de atendimento.</p>

Às treze horas e trinta minutos a reunião foi suspensa para o almoço, sendo retomada às dezesseis horas e trinta minutos.

<p>IV – PAUTA INDÍGENA (12/11 – 16h às18h)</p>	
<p>Pauta</p>	<p>Discussão</p>
<p>10. Informes gerais (Krenak e Tupiniquim e Guarani): eventuais articulações da Fundação Renova para ações nos territórios.</p>	<p>Alessandro fez a apresentação da agenda e das ações junto à TI TG.</p> <p>Ressaltou que a participação da FUNAI foi muito proativa e positiva na construção do diálogo com Comboios e que na reunião do dia seguinte, continuariam o diálogo para que se resolvesse a situação. Informou que em relação à terra indígena Krenak, a FR seguia o que estava previsto na cláusula 43 do TTAC (Acordo emergencial), cumprindo com todas as obrigações que estavam previstas para a FR.</p>
<p>11. Informe sobre as reuniões de apresentação e consulta do ECI-Tupiniquim e Guarani e de apresentação do Parecer Técnico da FR (“documento apartado”) e Cartilha-resumo aos povos Tupiniquim e Guarani (ocorrida nos dias 15, 16, 19 e 21 de outubro);</p> <p>12. Manifestação técnica da Funai e a emissão do posicionamento formal do órgão indigenista sobre o ECI-Tupiniquim e Guarani;</p>	<p>Nathali iniciou informando que os pontos 12 e 13 seriam apresentados juntos, por estarem relacionados.</p> <p>Regina Ferreira lembrou que as últimas nas reuniões da etapa final de validação do ECI, foi apresentado e consultado o relatório final do ECI aos representantes indígenas e o posicionamento colocado pelas lideranças nas referidas reuniões, foi pela validação da matriz de impacto e do processo participativo de elaboração do ECI. Ressaltou que as lideranças consideraram aprovado o ECI e pleitearam que não houvesse descontinuidade no processo de elaboração do PBA com Polifônicas. Informou que as lideranças expressaram que sob a ótica das Comunidades, o processo de consulta foi concluído no dia 19/10 e que aguardavam a validação do ECI pela FUNAI, conforme previa o TTAC e o TR. Reforçou que a FR por sua vez, teria o papel de subsidiar e avaliar tecnicamente os estudos que ela contratava, se colocando à disposição nos diálogos para solucionar as divergências em relação ao ECI para na sequência dar início ao planejamento do PBA. Regina informou que a FUNAI tinha encaminhado aos participantes da reunião todo o material documental relacionado com a programação, realizadas pela FR, Polifônicas e SESAI, assim como as gravações das reuniões. Informou, também, que na sequência, a equipe técnica da FUNAI consolidou a manifestação técnica de análise do ECI e, também, de forma subsidiária, a análise do parecer técnico da FR no que foi colocado no termo de referência da FUNAI. Disse que a FUNAI tinha emitido um Ofício com o posicionamento formal, aprovando os estudos e expressando recomendações com prazos para o detalhamento do PBA para a questão da política indenizatória e reiterando alguns encaminhamentos em relação às ações emergenciais e estruturantes.</p> <p>Regina Ferreira informou que acreditava que até o final da reunião em curso, não só a documentação, mas também a informação técnica 172 e o Ofício da Diretoria da FUNAI, seria encaminhado aos interessados.</p>

	<p>Cacique Toninho reforçou o que Regina Ferreira falou e disse que houve um avanço na Terra de Comboios, que conversou com Caciques das outras aldeias Tupiniquim Guarani e que houve um alinhamento para avançarem e parabenizou a equipe da FUNAI que conduziu o processo e ressaltou que as lideranças de Comboios e Córrego do Ouro participaram ativamente. Ressaltou que precisavam mesmo avançar nos trabalhos e que as comunidades não entendiam o motivo de tanto estudo, sendo que quem estava na linha de frente das aldeias, já sabia os problemas e que o necessário seria a participação de mais atores nas reuniões, para que entendessem o segmento de trabalho no qual se encontravam. Ressaltou que os Caciques cobrariam o andamento.</p> <p>André Sucupira ressaltou que Regina Ferreira mencionou a aprovação do ECI, por meio do Ofício 66, que já estava assinado pelo Diretor da FUNAI, e que considerava um grande avanço, pois o referido Ofício era muito enriquecedor e entrava na questão da importância dos critérios e parâmetros técnicos jurídicos para fins indenizatórios e que o tema não se confundia com o questionamento da comprovação do dano, vivido pelos povos indígenas. Ressaltou, ainda que isso era fundamental, pois toda vez que deixaram de avançar, foi por não respeitarem a organização social dos indígenas.</p>
<p>13. Esclarecimentos da FR sobre o processo de contratação de equipe consultora para o PBAI Tupiniquim e Guarani e as garantias de não descontinuidade do processo;</p> <p>14. Debate sobre a manifestação das lideranças Tupiniquim e Guarani pela manutenção da Polifônicas na fase de PBAI;</p>	<p>Gabriel iniciou reiterando e destacando que a FR tinha total compromisso na implementação do PBAI de uma forma coerente e alinhada na utilização e na importância do ECI e que seria realizado e na continuidade do processo, que isso seria um compromisso. Ressaltou que qualquer empresa que fosse atuar diretamente com comunidades indígenas deveriam ter a aprovação e a anuência prévia das Comunidades. André ressaltou que para as Comunidades Indígenas seria importante saber todos os detalhes.</p> <p>Cacique Toninho expôs que a Comunidade queria entender o motivo da recisão com a Polifônicas e que essa pauta ia continuar até a situação se resolver.</p> <p>Gabriel respondeu que o contrato com a Polifônicas foi encerrado no prazo de vencimento e que quando surgiu o contexto da pandemia, houve um atraso no cronograma previsto para o PBA. Informou que o contrato que tinha a validade até julho de 2020 previa a entrega do PBA, mas quando o contrato venceu, não se tinha mais previsão e nem garantia de entrega e por esse motivo, não tinha sido possível renovar o contrato. Esclareceu que se a FR fizesse um processo de contratação, qualquer empresa poderia se habilitar, inclusive a Polifônicas.</p> <p>Após várias manifestações e questionamentos dos presentes sobre a contratação da empresa, ficou definido que Gabriel consultaria a área responsável e responderia. Gabriel garantiu que as comunidades seriam ouvidas e que nenhum processo de contratação aconteceria sem o consentimento delas.</p> <p>Cacique Toninho demonstrou preocupação com o trabalho executado por 4 anos, pois já tinham perdido dois PBAs indígenas, que devido à troca de empresa e que insistiam na Polifônicas, em razão da satisfação da comunidade com trabalho da empresa.</p> <p>Nathali registrou <u>que iriam aguardar os próximos passos em relação à contratação.</u></p>
<p>15. Deliberação CIF nº 445/2020: posicionamento do CIF na 48ª Reunião Ordinária sobre pedido de impugnação da FR (ref. Ofício FR.2020.1578); status de cumprimento da Deliberação CIF nº 445 por parte da FR;</p>	<p>Lígia informou que o CIF e outras Câmaras Técnicas avaliaram o pedido de impugnação da FR e que o CIF deliberou pela rejeição. Informou, ainda, que a FR já tinha enviado um documento no dia 10/11.</p> <p>Tiago confirmou com Lígia se em relação à deliberação 445 o CIF tinha concedido mais 15 dias.</p> <p>Lígia respondeu que sim, que o prazo de 30 dias já havia terminado e foi concedido mais 15 dias para começar o monitoramento.</p> <p>Carla Moura respondeu que havia dois itens: <u>um sobre o fornecimento de água mineral que a FR tinha dado continuidade e outro era sobre a entrega do plano de monitoramento.</u> Explicou que sobre o plano de monitoramento, conforme tinha sido mencionado pelo Tiago, foram concedidos mais 15 dias.</p> <p>Lígia solicitou que Carla explicasse de forma resumida, principalmente aos atingidos, para que todos entendessem, quais foram os fatos novos que a FR tinha para apresentar. Carla informou que, considerando que a SESA e o DSEI são os órgãos com atribuições legais para fazerem o monitoramento da qualidade da água utilizada nas terras indígenas, a FR enviou um Ofício solicitando dados e laudos dos monitoramentos anteriores ao rompimento da Barragem e foram recebidos laudos de 2014 até 2018 e que a FR fez nova análise em cima desse material (recebido dia 26 de outubro) e que fizeram um relatório confrontando os laudos anteriores com os recebidos da SESA e concluíram que não houve alteração em relação à água para consumo humano.</p> <p>Carla ressaltou que uma coisa eram os impactos causados pelo rompimento, que isso não estava sendo questionado, <u>mas que a questão da água para consumo humano, que era a água subterrânea, não trazia nexo de causalidade.</u></p> <p>Regina Ferreira respondeu que entendeu que a o fornecimento de água estava mantido, assim como o prazo dado pelo CIF para o cumprimento da deliberação, mas que a FR</p>

	<p>no prazo limite para entregar a proposta de monitoramento, solicitou uma nova reconsideração ao CIF, em relação ao que a FR considerava como dados novos e que estariam expostos no Parecer 03, <u>e perguntou se seria isso mesmo</u>. Lembrou que a proposta de monitoramento da qualidade ambiental das TIs do Espírito Santo, tal como foi consolidada na NT 35 e que subsidiava o cumprimento das deliberações do CIF, não diziam respeito só a parte indígena Comboios ou apenas aos Poços ou a qualidade da água e mencionada e que a FR estaria fazendo uma leitura um pouco limitada em relação ao cumprimento e ao escopo do que foi solicitado na deliberação 445</p> <p>Carla respondeu que era isso mesmo e complementou que a FR colocou no Ofício que encaminhava o parecer, que não se negaria a realizar o monitoramento ou qualquer ação, desde que tivesse nexos de causalidade e o que viesse em relação ao ECI, sobre a necessidade de fazer monitoramento no PBA, desde que houvesse um consenso.</p>
<p>16. Atualização, pendências e prazos para as seguintes ações: conclusão do projeto SAA-TI Comboios e do Plano de Contigência de Cheias TI Comboios; início da implementação do “Fundo de apoio a pequenos projetos e iniciativas comunitárias independentes do PBA” (FAIC)</p>	<p>Sobre o Plano de Contigência de Cheias, Givanildo iniciou a apresentação das atividades da FR desde a última reunião e falou que, como não havia estudos técnicos na área, a estratégia que a FR utilizou foi usar os estudos realizados para as instalações das réguas na Aldeia de Comboios e a partir desses estudos foi possível definir gatilhos, classificados em verde, amarelo e vermelho. Ressaltou a necessidade de um alinhamento com a Defesa Civil e com o Cacique Toninho, uma vez que tanto a defesa Civil, quanto o Cacique, conheciam a região e o funcionamento do Rio Comboios. A validação dos gatilhos estabelecidos era necessária para ver se atenderiam as ações e ao plano frente ao monitoramento. <u>O encaminhamento que tinha ficado com a FR era agendar uma reunião com a Defesa Civil e a partir das contribuições da Ramboll, do Cacique Toninho e validar com a Defesa Civil.</u></p> <p>Miriam Nutti perguntou sobre as atividades que estavam em curso, o que faltava fazer e se estariam prontas antes da próxima estação de chuvas considerando que estavam falando de cronograma do Plano de Contigência e estava preocupada com as cheias. Givanildo respondeu que, oficialmente, a FR estava atuando não só no Plano de Cheias, mas em outros planos também e fazia monitoramento, considerando o início do período chuvoso e informou que a FR mantinha um grupo no WhatsApp com o Cacique Toninho e com a Defesa Civil, no qual era gerado informes diários, trazendo os dados de previsão de chuva sempre para as próximas 72 horas e disse que a FR se preocupava em avançar o mais breve possível para a finalização do documento com a validação da Defesa Civil e que tinha também uma validação importante para ser feita pelo Cacique Toninho e com os demais moradores. Informou, também, que a FR já tinha uma versão nova do plano, considerando todas as contribuições recebidas da CT e do Cacique Toninho.</p> <p>Givanildo ressaltou que naquele momento, a FR precisava avançar com a agenda com a Defesa Civil para poder fazer a validação do documento do ponto de vista técnico com o respaldo do órgão do município que cuidava desses procedimentos todos. Ressaltou que mesmo com a não finalização do documento, a FR monitorava diariamente a previsão de chuva e que o todo o time ligado à área de contigência estava de prontidão para se caso houvesse necessidade de uma atuação junto a Defesa Civil</p> <p>Rita mencionou que a FR havia colocado no primeiro plano, que os gatilhos seriam definidos em verde, amarelo e vermelho, mas não tinha a definição das medidas e perguntou se isso já havia sido feito.</p> <p>Givanildo respondeu que a FR tinha avançado usando como dados técnicos para definição dos gatilhos, o relatório de instalação das réguas, tanto no Rio Comboios, quanto o nivelamento das réguas do Rio Riacho (havia duas séries de réguas no Rio Comboios) e repetiu que a FR necessitava da validação da Defesa Civil e também do Cacique Toninho, para que pudessem entender se os gatilhos de fato representavam e estavam calibrados para uma situação de gatilho verde, amarelo ou vermelho e que já tinham definição sim, diferentemente do plano anterior.</p> <p>Rita lembrou que tinha perguntado na última reunião com o simulado para rotas de fuga, e perguntou se já estava articulado com a Defesa Civil.</p> <p>Givanildo respondeu que já estava e que havia sido pedido que a FR ajustasse os mapas, pois o mapa atual estava com a visualização limitada, e que sinalizava as duas rotas de Fugas, mas como eram imagens de satélite e a área muito ampla, a FR dividiu em Rota de Fuga 1 e Rota de Fuga 2. Informou que na reunião com a Defesa Civil, ficaria como ponto de pauta: <u>fechar o treinamento com a equipe de voluntários indicada pelo Cacique Toninho e avaliar a necessidade de fazer um simulado de evacuação de área numa situação de emergência. Esses dois os pontos estavam pendentes para a conversa com a Defesa Civil.</u></p> <p>Rita perguntou se a previsão seria na semana posterior e Givanildo respondeu que sim.</p>

Cacique Toninho respondeu que os pontos mencionados por Givanildo estavam corretos e acrescentou que cada vez que chovia, se preocupava com o Plano de Contingências e que não havia avanços, por dependerem da Defesa Civil.

Givanildo respondeu que a FR também se preocupava com o Plano, e que precisavam avançar e finalizar, para deixá-lo em ponto de operar, caso houvesse uma situação de emergência.

Carla apresentou uma atualização do **Projeto SAA da TI Comboios** e iniciou dizendo que a FR encaminhou um Ofício para a FUNAI, solicitando autorização para entrada nas terras indígenas, para fazer alguns serviços de campo (Levantamento Topográfico e Estudos de Geofísica), seguindo uma orientação da Jovana Moreira (Funai), que era informar cada serviço, o tempo que seria necessário para cada um, se teria ou não contato com a comunidade e quantos colaboradores iriam, devido à existência da Portaria 419. Foram apresentados, também, todos os cuidados que seriam tomados, seguindo o protocolo de saúde e segurança.

Nathali respondeu que a Coordenação de Infraestrutura Comunitária, reenviou para a Coordenação Regional (CR) em Minas Gerais e Espírito Santo, para providências quanto a autorização do ingresso da equipe da FR para fazerem os serviços de topografia e geofísica.

Carla complementou que, considerando o período de pandemia, a FR teria que fazer uma consulta interna também, pedindo autorização para realização de alguns serviços de campo. Assim, para dar início à referida solicitação, a FR não poderia ter impedimento legal. Após a autorização da FUNAI, seria iniciado o processo de autorização dentro da FR, para liberação da saída para campo.

André respondeu que o pedido havia chegado à CR e estava na área de Serviço de Gestão Ambiental e Territorial para providências quanto à autorização. Mencionou que ainda não tinha resposta sobre o outro Ofício, no qual a FR falava da ausência da participação da Defesa Civil.

Carla disse que após liberação da FUNAI, a FR conseguiria fazer a geofísica, pois seria um processo rápido, mas não poderia garantir os Levantamentos Topográficos, por causa dos recessos de dezembro, mas que a FR manteria a CT informada.

Regina Ferreira perguntou quais eram as atividades e quanto tempo seria necessário, após os levantamentos topográficos e de geofísica, para a FR consolidar o projeto da SAA, em uma versão pronta para validação.

Carla respondeu que a elaboração de projeto se dividia em 3 etapas: projeto conceitual, básico e executivo e que a partir do momento que esses se iniciassem, seria possível construir um cronograma, para entregar talvez na próxima RO,

Nathali respondeu que ficaria, então, como encaminhamento, que na próxima RO, a FR apresentasse, de maneira clara, o referido cronograma.

Carla Moura respondeu que na próxima reunião, provavelmente já se teria a autorização, a FR já teria conseguido fazer algum serviço e já poderiam entregar um cronograma dos projetos.

André informou que a autorização estava em vias de ser emitida, e deveria ser enviada até o fim da semana em curso.

Carla respondeu que após a autorização da FUNAI, teria a parte interna da FR, mas acreditava que no máximo no início de dezembro, a FR conseguiria iniciar.

Alessandro iniciou a apresentação sobre o **FAIC (Fundo de apoio a pequenos projetos e iniciativas comunitárias independentes do PBA)** informando que a FR recebeu da FUNAI a informação técnica n.º 137 de 2020, na qual solicitavam o protocolo de prevenção da covid-19 (protocolo de prevenção e contágio e disseminação do coronavírus) que era um documento integrante da ação do FAIC. Paralelamente a isso a FR precisava validar com a Comissão de Caciques da terra Indígena Tupiniquim-Guarani o aceite formal da comunidade em relação à execução do Fundo de Apoio às iniciativas comunitárias. Informou que a FR fez uma reunião com a Comissão de Caciques e a Comissão formalizou que teria interesse na execução da proposta do fundo e que foram feitas as adequações sugeridas pela FUNAI. Informou, também, que a FR considerou no protocolo da covid as considerações apresentadas pela SESAI e incorporou todas as considerações apresentadas e encaminharam para a FUNAI, não só com o protocolo covid, mas, também, o interesse da comunidade indígena Comboios e da Tupiniquim-Guarani, em participarem das ações do fundo. Ressaltou que naquele momento, a FR estava aguardando a análise da FUNAI sobre a documentação para darem início à abertura do edital e que a parte de comunicação do FAIC já estava estruturada e previa a divulgação do protocolo (que foi uma das medidas solicitadas pela FUNAI).

Cacique Toninho disse que era importante que a FUNAI e a FR se entendessem nesse sentido, pois estava sendo muito cobrado pela comunidade. Relembrou que nas

	<p>reuniões anteriores, ele já tinha dito que não poderia haver atraso causado por desacordo entre a FUNAI e a FR, ou atraso por causa de outra comunidade. Informou que as Comunidades de Comboios e Córrego do Ouro fizeram várias reuniões e colocaram a Associação em contato com a FR e foram feitos: orçamento, levantamento, planilhas de valores e de trabalho, de acordo com o que a FR encaminhou e que isso tinha quase cinco meses e o FAIC não ficava pronto e cobrou resultados.</p> <p>Alessandro respondeu que a FR entendia a expectativa das Comunidades, mas que só após a resposta da FUNAI, conseguiriam colocar o FAIC para rodar o mais rápido possível.</p> <p>Nathali lembrou ao Cacique, que a FUNAI já tinha discutido o protocolo de segurança e que enquanto a Portaria n.º 419 estivesse vigente, ela seria necessária para a realização de algumas atividades. Informou que a FUNAI tinha acolhido e analisado o conteúdo do protocolo enviado pela FR e que a CGGAN entendia que o referido protocolo tinha acolhido adequadamente o solicitado tanto pela FUNAI quanto pela SESAI. Ressaltou que não poderia ser um protocolo imposto nem pela FUNAI e nem pela FR e que gostaria de propor uma reunião com FUNAI, CR, CTL e FR e os representantes das Terras Indígenas.</p> <p>Nathali deixou como sugestão de encaminhamento que fizessem uma reunião sobre o FAIC, para que a FR apresentasse o protocolo COVID, para uma validação, sendo que os documentos seriam enviados com antecedência, para dar celeridade à reunião.</p> <p>Alessandro respondeu que a FR estava de acordo.</p> <p>Cacique Toninho concordou e ressaltou que não poderia participar, mas a Associação participaria.</p> <p>Nathali ressaltou que o protocolo não estava muito diferente anterior e que não teria contato direto com a comunidade, e que era basicamente entrega de material e que no caso de terceirizados já estavam seguindo uma outra portaria do Ministério da Saúde e que o convite era estendido à DSEI e ao SESAI também.</p> <p><u>Após breve discussão os envolvidos concordaram que a reunião ficaria marcada para quinta-feira, 19/11, às 9h, e a FR enviaria no dia seguinte (13/11), o convite e o material do Protocolo COVID para conhecimento prévio de todos.</u></p>
<p>Encaminhamento E34.7</p>	<p>A FR deverá apresentar na próxima RO, um cronograma para entrega dos projetos, com a divisão, projeto conceitual, básico e executivo (SAA-TI Comboios).</p>
<p>Encaminhamento E34.8</p>	<p>A FR deverá agendar uma reunião com a FUNAI, CR, CTL, CGGAN, COASI mais os representantes das Terras Indígenas Comboios, Tupiniquim Guarani, Caieras Velha, a Comissão de Caciques e da ITC, DSEI e SESAI, para apresentação do protocolo COVID (reunião na quinta-feira, 19/11, às 9h, e a FR enviará no dia seguinte (13/11), o convite e o material do Protocolo COVID para conhecimento prévio de todos.</p>
<p>17. Resposta da FR e eventuais encaminhamentos sobre a demanda apresentada pela Comissão de Caciques/AITG sobre:</p> <p>a) o pagamento retroativo do AFE (referente aos três primeiros termos de cumprimento ao TTAC firmados com a comunidade Tupiniquim e Guarani);</p> <p>b) a disponibilização à Comissão de Caciques da documentação referida aos termos de cumprimento ao TTAC, devidamente assinada pelas partes.</p>	<p>Douglas fez um resumo rápido do que foi apresentado e ressaltou que a reivindicação era antiga e que sempre houve dificuldade no encaminhamento e que a Comunidade preferiu tirar o assunto do âmbito da Comissão de Caciques, e encaminharem pela CT, por ser um assunto muito técnico e que muitos pontos teriam que ser analisados legalmente, e que estavam usando como base o TTAC. Explicou que a Comunidade entendia que 915 famílias receberam um valor inferior (R\$ 724), pois o termo que foi assinado com a Samarco definiu que seria um salário mínimo, mais benefícios.</p> <p>Gabriel perguntou se era uma comparação sobre os valores pagos.</p> <p>Douglas respondeu que sim e que estava no TTAC, que teriam direito a um valor e quando foi repassado, ficou definido um valor abaixo do proposto e que a Comissão entendia que o valor deveria ser o que definia o TTAC.</p> <p>Gabriel respondeu que, embora se falasse em renovação de acordo, o que acontecia era a assinatura de um novo acordo e que os primeiros termos foram assinados pela Samarco e a FR só passou a existir a partir do terceiro contrato.</p> <p>Relembrou que em 2017, as comunidades reivindicaram valores e que quando a FR assumiu o acordo, estabeleceu que pagaria para toda a bacia o valor de um salário mínimo e mais 20% para todas as famílias do acordo, <u>mas que os acordos passados se encerraram e foram cumpridos e que, considerando que não foi a FR a responsável pelo acordo, e sim a Samarco, não teria como viabilizar uma eventual compensação em relação aos primeiros acordos.</u></p> <p>Douglas respondeu que independente de quem seria responsável, muitas coisas deveriam ter sido cumpridas e que os acordos anteriores previam todos os direitos e que teriam que discutir sobre o assunto. Ressaltou que a Comunidade queria seguir os caminhos legais e que por esse motivo envolveu a CT na discussão e queriam uma resposta, mesmo que precisassem acionar a Samarco e a Vale.</p>

	<p>Cacique Toninho falou que a CT já tinha avançado bastante, mas que teriam que recorrer a uma instância superior e que iria conversar com a Comissão de Caciques do Território de Comboios para <u>convocarem uma reunião com a Vale do Rio Doce e a equipe da FR, dentro do território indígena e que isso ficasse registrado em ata.</u> Perguntou se Douglas concordava e que a CT ficaria responsável pelo encaminhamento das Notas Técnicas.</p> <p>Douglas respondeu que concordava, mas gostaria de ouvir a manifestação do Gabriel. Gabriel respondeu que a solicitação deveria ser formalizada pela Comissão de Caciques e pela CT. Ressaltou que quando a FR viu o item na pauta ficou na dúvida sobre a dimensão do solicitado, mas que poderia afirmar que o acordo vigente, assinado em dezembro de 2019, vinha sendo cumprido e que FR pagava exatamente o que estava e solicitou que formalizassem o que julgavam não estar sendo cumprido, para que a FR pudesse analisar internamente.</p> <p>André Sucupira perguntou se Gabriel tinha entendido que os Caciques queriam uma reunião na terra indígena com a FR.</p> <p>Gabriel respondeu que sim e que a FR estaria à disposição e que se quisessem propor uma data, verificaria como estavam as reuniões presenciais e ressaltou a necessidade de que tudo fosse articulado com antecedência, considerando os protocolos que deveriam ser seguidos.</p> <p>André respondeu que a portaria 419 previa essa exceção e que uma vez cumprido protocolo sanitário, o DSEI poderia ajudar e a Regional não se oporia, desde que fosse solicitado pelas comunidades indígenas.</p> <p>Gabriel ressaltou que a FR não estava se negando, mas que reuniões presenciais seriam um pouco mais complicadas, pois tinha protocolos internos e que teriam alguns procedimentos a serem seguidos, (teste da COVID, deslocamento, passagem e etc), o que demandaria tempo, mas que estava disponível para uma reunião em campo e que já tinham visitado Comboios recentemente por causa do ECI.</p> <p>Nathali perguntou para Gabriel se ele estava entendendo o que as comunidades queriam saber se os acordos anteriores justificariam algum tipo de pagamento retroativo e que o fato de a comunidade ter trazido o assunto para a pauta já não serviria como <u>pedido para a FR encaminhar em uma resposta, sem a necessidade de formalização.</u></p> <p>Gabriel respondeu que entendia e ressaltou que quando a FR assumiu, começou a pagar o auxílio, aumentou o valor. Ressaltou que os termos anteriores foram assinados e existia uma previsão de pagamento no valor global e todos foram quitados e os acordos cumpridos. Esclareceu que chamavam de renovação, mas na verdade era um novo acordo, e que os referidos acordos foram sofrendo alterações, justamente por causa das demandas das Comunidades.</p> <p>Nathali respondeu que ficariam dois encaminhamentos: um <u>seria uma resposta formal da Fundação Renova quanto ao pleito da Comissão de Caciques e da AITG, com relação aos pagamentos e uma reunião que o Cacique Toninho e o Douglas ficaram de articular com a Vale e a FR nos territórios indígenas (sem previsão de data. Após articularem, comunicariam.)</u></p> <p>Tiago Cantalice concordou que o encaminhamento da reunião seria suficiente</p> <p>Nathali sugeriu que fosse dado um prazo para que a FR respondesse e após breve discussão, e concordância das lideranças, ficou definido que a FR deveria responder no dia 20/10.</p> <p>Foi informado que o Ofício da FUNAI seria encaminhado a todos os interessados, junto com a manifestação técnica.</p>
<p>Encaminhamento E 34.9</p>	<p>A FR deverá responder até o dia 20/10, sobre possível data de uma reunião para tratar dos acordos de pagamento (indenizações), por solicitação dos Caciques.</p>

No dia doze de novembro de dois mil e vinte, às dezenove horas e quinze minutos, a coordenadora, Lígia Moreira de Almeida agradeceu a presença de todos e declarou **encerrada a 34ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais – CT-IPCT/CIF**. Informo que a reunião foi gravada e consta em a memória de áudio e está disponível para consulta.

Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 9/03/2021, na 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CT-IPCT/CIF

LÍGIA MOREIRA DE ALMEIDA
Coordenadora da CT-IPCT